

## Quatro instâncias de empoderamento e um maracatu feminista

Cuatro instancias de empoderamiento y un maracatu feminista

Four ways of empowerment and a feminist maracatu

---

Tatiana Rodrigues Lima<sup>1</sup>

---

**Resumo:** Investigamos como o maracatu Baque Mulher contribui para empoderar mulheres brancas, negras e mestiças que partilham a condição de imigrantes em Lisboa. O slogan “Movimento de empoderamento feminino” motivou a reflexão teórico-conceitual baseada em textos de referência do feminismo negro e do pensamento decolonial e também o recorte das expressões performáticas e das situações de ativismo discutidas. A pesquisa envolveu observação participante, entrevistas abertas e estruturadas, análise das loas (canções do maracatu) e das performances do grupo de Lisboa. Concluímos que as práticas do Baque Mulher empoderam suas integrantes mediante ações que têm repercussão em instâncias de poder, o que está em conformidade com as acepções do conceito de empoderamento discutidas no âmbito do feminismo negro.

---

<sup>1</sup> Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia e professora adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), onde leciona no Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Bicult), Curso Superior Tecnológico em Produção Musical e Licenciatura em Música Popular Brasileira. Também é professora do curso de Pós-Graduação Cidadania e Ambientes Culturais. Lidera o grupo de pesquisa Música e Mediações Culturais - MusPop/MMC (CNPq/UFRB). Integra o GP Comunicação, Música e Entretenimento da Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Integra o Grupo de Estudos e Práticas Laboratoriais em Plataformas e Softwares Livres e Multimeios - LinkLivre (CNPq/UFRB). É jornalista com graduação em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia, tem mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia e pós-doutorado no Instituto de Etnomusicologia - Centro de Estudos em Música e Dança (Inet-md) pela Universidade Nova de Lisboa. Tem experiência em Jornalismo Cultural, Crítica de Música Popular, Jornalismo On-line e na área de Comunicação. Pesquisa cultura musical, música popular urbana, epistemologias decoloniais e feminismos.

**Palavras-chave:** Maracatu; Empoderamento; Gênero; Política; Música popular.

**Resumen:** Investigamos cómo Maracatu Baque Mulher contribuye al empoderamiento de mujeres blancas, negras y mestizas que comparten la condición de inmigrantes en Lisboa. La consigna "Movimiento de empoderamiento de la mujer" motivó la reflexión teórico-conceptual a partir de textos de referencia del feminismo negro y el pensamiento decolonial, así como el corte de expresiones performativas y situaciones de militancia discutidas. La investigación involucró observación participante, entrevistas abiertas y estructuradas, análisis de las loas (canciones de maracatu) y de las actuaciones del grupo Lisboa. Concluimos que las prácticas de Baque Mulher empoderan a sus integrantes a través de acciones que repercuten en instancias de poder, lo cual está en concordancia con los significados del concepto de empoderamiento discutido en el ámbito del feminismo negro.

**Palabras clave:** Maracatu; Empoderamiento; Género; Política; Música popular.

**Abstract:** We investigate how Maracatu Baque Mulher contributes to the empowerment of white, black and mestizo women who share the condition of immigrants in Lisbon. The slogan "Women's Empowerment Movement" motivated the theoretical-conceptual reflection from reference texts of black feminism and decolonial thought, as well as the cut of performative expressions and situations of militancy discussed. The research involved participant observation, open and structured interviews, analysis of loas (maracatu songs) and performances by the Lisbon group. We conclude that the practices of Baque Mulher empower through actions that impact the instances of power, which is in line with the meanings of the concept of empowerment discussed within the scope of black feminism.

**Keywords:** Maracatu; Empowerment; Gender; Politics; Popular music.

## **Introdução – um maracatu contra o patriarcado**

A proposta deste texto é confrontar a discussão teórica do pensamento feminista negro sobre os sentidos do empoderamento com algumas das práticas e produções artísticas do Baque Mulher, grupo de maracatu surgido em Recife, que tem núcleos em 26 cidades brasileiras e em Lisboa, e cujo figurino estampa a frase: "Movimento de empoderamento feminino"<sup>2</sup>. O *slogan*

---

<sup>2</sup> A problematização dos sentidos do adjetivo "feminino" suscitaria debates envolvendo não apenas o *slogan*, mas também outros materiais do grupo, que não estão no escopo deste artigo.

funcionou como *leitmotiv* para a indagação teórica e para a seleção das expressões performáticas e das situações de ativismo discutidas neste estudo. Iniciamos com uma seção de discussão teórico-conceitual relacionada aos sentidos de empoderamento, o que permite analisar o perfil e as performances políticas e artísticas do grupo, respectivamente, nos itens seguintes. Nas conclusões confrontamos os dados empíricos com os sentidos atribuídos ao empoderamento pelas teóricas do feminismo negro.

O grupo da capital portuguesa tem um marcador específico: agrega um número significativo de imigrantes brasileiras e algumas espanholas, como se verá adiante. Esse fato levou a reflexão ao encontro das teóricas negras que discutem empoderamento levando em conta as interseccionalidades. As mulheres do baque das cidades brasileiras e de Lisboa são de variadas identidades étnico-raciais; em sua maioria, são da classe trabalhadora ou estudantes, em condições econômicas que vão da pobreza à classe média. Partilham pautas de combate à opressão de gênero. O grupo de Lisboa tem o diferencial de ser composto por mulheres que vivenciam a experiência e as dificuldades legais, culturais e sociais de morar fora do seu país de origem.



Figura 1: Mulheres do Baque Mulher Lisboa no Carnaval de 2020 vestindo a camisa com o slogan do grupo. Foto nossa.

O Baque Mulher foi fundado em 2008 por Joana D’Arc da Silva Cavalcanti, a primeira regente mulher de um Maracatu de Nação<sup>3</sup>, o Encanto do Pina. Mestreira

<sup>3</sup> Maracatus de Nação têm como integrantes um número significativo de alabês, músicos que tocam nas cerimônias religiosas dos ylês, as casas de candomblé. Trata-se de uma manifestação cultural afrodiaspórica, produzida por uma maioria afrodescendente que, embora se autodenomine Nação de Maracatu, agrega pessoas cujos ascendentes podem ser originários de mais de uma nação africana. Essa hibridação de etnias é reflexo da própria conformação da diáspora no Brasil. Há terreiros aos

Joana, como é chamada, é ainda compositora, percussionista, cantora e lalorixá no terreiro Ylê Axé Oxun Deym. Incomodada com a opressão sofrida por suas vizinhas na localidade do Bode, uma comunidade de baixa renda do bairro do Pina, na cidade de Recife, a maestra as convidou para tocar aos domingos. Nesses ensaios foi se delineando o formato do movimento. “Começamos a conversar mais. Começamos a ter relatos dos abusos, dos sofrimentos diários que a gente convive dentro da comunidade. Então, daí surgiu o Baque Mulher” (CAVALCANTI, 2016, s/p).

Por quatro anos, o grupo existiu apenas na cidade de Recife. A partir de 2013, integrantes do Baque Mulher que foram residir em outras cidades passaram a realizar ensaios e reuniões em suas localidades. Elaborou-se um Regimento Interno, em agosto de 2016, que aponta como objetivo do movimento, no Artigo 1º (REGIMENTO, 2016, p.3), “fortalecer a figura da mulher como protagonista”. O documento afirma que a participação dos homens em atividades de apoio é bem-vinda, porém todas as decisões são tomadas por mulheres. Indica-se, ainda, no Artigo 2º (REGIMENTO, 2016, p.3), que é finalidade do grupo promover “rodas de diálogo, no mínimo quinzenais, que contemplem o debate de temas como machismo, racismo e intolerância religiosa entre outros, considerando especialmente as diversas realidades nas quais as mulheres estão inseridas”. Sugere-se também a oferta de cursos e oficinas, especialmente para jovens em situação de vulnerabilidade.

A observação dessas atividades em Lisboa suscitou uma primeira questão: essa articulação contribui para o empoderamento das batuqueiras? A pergunta se desdobrou em outra indagação: como ocorre o empoderamento? Para responder, discutimos adiante possíveis entendimentos sobre os sentidos da palavra empoderamento.

### **Qual empoderamento? – O debate em torno do conceito**

A palavra “empoderamento” já teve empregos variados. O termo é encontrado com sentidos tão diversos que alguns autores chegaram a defender sua substituição pela palavra “fortalecimento”, como assinala Joice Berth (2019, p.19), que fez um levantamento da ocorrência do verbo *empower* e do substantivo *empowerment*, em dicionários estadunidenses, encontrando registros do uso do neologismo desde a edição de 1651 do Merriam-Webster

---

quais os maracatus estão vinculados em que convergiram referências e práticas de mais de uma nação africana e há aqueles que trazem traços mais fortes de uma única nação (CUNHA, 2009).

Dictionary. Muitas vezes, o termo “empoderar” foi empregado no sentido de obter alguma emancipação individual, consonante com a ideia de *self-made man (woman)*, em equivocados “entendimentos de que empoderamento feminino é a superação individual de certas opressões, mas sem romper de fato com as estruturas opressoras” (BERTH, 2019, p.35). Essa utilização é rechaçada pela autora e por outras pensadoras feministas negras. “O empoderamento não pode ser autocentrado, parte de uma visão liberal, ou somente transferência de poder” (RIBEIRO, 2018, p.136).

Esta investigação sobre os elementos de empoderamento presentes nas expressões e atividades do Baque Mulher Lisboa baseia-se nas reflexões de Patricia Hill Collins (2019), compreendendo que empoderamento envolve a conquista de poderes no âmbito pessoal (autodefinição), desde que se desdobrem em fortalecimento comunitário e/ou perante o sistema político, econômico e social vigente. “Empoderar requer mais que transformar a consciência individual das mulheres negras por meio de estratégias de desenvolvimento da comunidade negra. O empoderamento também exige mudar as injustiças sociais” (COLLINS, 2019, p.433). A asserção aponta para o atual estágio de compreensão do conceito, que vem sendo discutido desde o século XX nos âmbitos do feminismo acadêmico e da militância negra. “Trata-se de empoderar a si e aos outros e colocar as mulheres como sujeitos ativos da mudança”, afirma Djamilia Ribeiro (2018, p.35). O coletivo brasileiro #NãoMeKhalo apresenta, de forma sucinta, o mesmo posicionamento, assinalando ainda que: “não há autoestima nesse mundo capaz de derrubar, por si só, um sistema econômico, político e cultural que coloca as mulheres abaixo dos homens” (DE LARA et al., 2019, p.100).

Em consonância com essa premissa, também não cabe aceitar como empoderamento o resultado de projetos e de políticas públicas assistencialistas, realizadas por instituições de países do chamado Norte Global. Nessas circunstâncias, o conceito de empoderamento foi

cooptado pelo discurso dominante do mainstream de agências internacionais, como o Banco Mundial, para servir como um instrumento de manutenção das práticas assistencialistas, de modo a continuar exercendo o controle social sobre grupos oprimidos e não incentivar a transformação (BERTH, 2019, p.45).

Também Françoise Vergès denuncia essa apropriação da palavra “empoderamento” pelos interesses colonialistas durante o século XX.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial se apropriam dos direitos das mulheres e, no fim dos anos 1970, a fórmula de empoderamento das mulheres (capacidade de agir das mulheres) é adotada pelo mundo político da direita à esquerda e por ONGs feministas do Norte. Para o Banco Mundial, a capacidade de agir das mulheres é o correlato das políticas de redução das taxas de natalidade (VERGÈS, 2020, p.73).

Outro emprego que esvazia a potência do conceito é aquele associado à afirmação da beleza, pura e simplesmente, para além do padrão estético do opressor. Quando uma mulher valoriza sua forma corporal divergente dos padrões ocidentais de peso, textura de cabelo, cor de pele, faixa etária etc., tal atitude configurará empoderamento caso impulse alguma agência coletiva no sentido de, por exemplo, influenciar positivamente outras mulheres, conseguir a adequação de equipamentos públicos para as variadas dimensões corporais, usar os meios de comunicação pós-massivos e massivos para a inclusão e visibilidade dos corpos de forma positiva (e não na forma de estereótipos) etc. O debate é complexo:

Muitas são as críticas sobre os limites e incongruências do potencial da estética no processo de empoderamento. Todas pecam sobremaneira quando subestimam a potência que gera a confiança na própria imagem. Não é possível passar por um processo de empoderamento produtivo se não nos fortalecermos e nos encontrarmos dentro da nossa própria pele (BERTH, 2019, p.74).

O fortalecimento da autoestima pela afirmação de padrões estéticos contra-hegemônicos no âmbito exclusivamente individual proporciona autoconfiança, mas a aparência apenas empodera indubitavelmente quando fomenta ou se desdobra em ações de repercussão coletiva. Consideramos que o empoderamento coletivo inclui as conquistas individuais, mas que estas não bastam para modificar as relações de poder. Uma mulher negra, ou imigrante, ou com deficiência que avança em termos de ascensão econômica ou social continuará sujeita à violência, à opressão, ao sexismo e a outros preconceitos até que a sociedade avance no sentido de extinguir essas discriminações. Angela Davis (2017) já defendia, nos anos 1980, a necessidade de avançar do ponto de vista individual concomitantemente à promoção do empoderamento coletivo:

Precisamos nos esforçar para 'erguer-nos enquanto subimos'. Devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs, independentemente da classe social, assim como todos os nossos irmãos, subam conosco. Essa deve ser a dinâmica essencial da nossa busca por poder (DAVIS, 2017, p.17).

O amplo acesso das mulheres e de outros segmentos sociais oprimidos a moradia e emprego é um dos pilares para o empoderamento, segundo Davis (2017, p.21). Ao se debruçar sobre as condições enfrentadas por mulheres afro-americanas e pela população de imigrantes dos EUA, ela aponta para as interseccionalidades.

Quando nós, enquanto mulheres afro-americanas, enquanto mulheres de minorias étnicas, continuamos a subir em direção ao empoderamento, erguemos conosco irmãos de minorias étnicas, nossas irmãs e irmãos da classe trabalhadora branca e, efetivamente, todas as mulheres que sofrem o efeito da opressão sexista (DAVIS, 2017, p.23).

Esse aspecto é de especial interesse para o presente estudo, pois investigamos como o baque fundado por mulheres majoritariamente negras, da periferia de Recife, contribui para erguer mulheres brancas, negras e mestiças que partilham a condição de imigrantes em Lisboa.

### **Quatro domínios do poder**

Em suas considerações sobre uma política de empoderamento, Patricia Hill Collins (2019, p.437) afirma que “qualquer matriz específica de dominação (...) é organizada em quatro domínios de poder inter-relacionados: o estrutural, o disciplinar, o hegemônico e o interpessoal”. O domínio estrutural do poder diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho, à escola de qualidade, à saúde, à moradia, a financiamentos bancários, temas que estão no horizonte de demandas das batuqueiras de Lisboa, principalmente das que migraram do Brasil e da Espanha para trabalhar, o que implica em tentar um visto de residência.

O domínio disciplinar do poder refere-se às normas que determinam quem terá acesso a qual estrutura, segundo Collins. Para ela, obter o domínio disciplinar requer uma “resistência desde dentro”, ou seja, “a ocupação de posições de autoridade nas instituições sociais para assegurar que as normas vigentes sejam administradas de forma justa e, se necessário, que políticas sejam mudadas” (COLLINS, 2019, p.444). Em acordo com Collins, Djamilia Ribeiro (2018, p.136) defende que “empoderamento implica uma ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos”.

Articulando os domínios estrutural e disciplinar, está o que Collins chama de domínio hegemônico do poder. “Ao manipular a ideologia e a cultura, o domínio hegemônico do poder atua como um elo entre as instituições sociais (o domínio

estrutural), suas práticas organizacionais (o domínio disciplinar) e a interação social cotidiana (o domínio interpessoal)” (COLLINS, 2019, p.448). O domínio hegemônico é relacionado tanto ao senso comum quanto ao contexto epistemológico. Submeter-se a esse domínio é, “por exemplo, a adesão a padrões externos de beleza [o que] leva muitas afro-americanas a não gostar da cor de sua pele ou da textura de seu cabelo. Da mesma forma, a internalização da ideologia de gênero predominante [que] leva alguns homens negros a abusar das mulheres negras” (COLLINS, 2019, p.451).

Para se contrapor ao domínio hegemônico, Collins afirma que o caminho é o “poder da autodefinição”, o qual se inicia com o domínio interpessoal do poder, na micropolítica que se dá em atitudes de resistência no dia a dia da mulher negra. São insurgências cotidianas no âmbito micro, as “maneiras discretas, mas criativas, como as pessoas comuns se esforçam para mudar o mundo ao redor delas” (COLLINS, 2019, p.454). A autora dá como exemplo uma mulher que enche o carrinho de compras e o abandona antes do caixa quando é seguida por um segurança.

Entendemos a partir da discussão realizada até aqui que a ideia de empoderamento envolve conquistas coletivas com vistas à extinção de opressões que se dão interseccionalmente e são conectadas a performances de gênero femininas ou desviantes, à classe social, à cor da pele e a outros aspectos. As atividades do Baque Mulher Lisboa que tinham por objetivo o acesso à cidadania, à educação e às políticas públicas (acesso aos domínios estrutural e disciplinar do poder) e as expressões de afirmação das religiões de matriz africana e de exaltação a outros aspectos da cultura afro-diaspórica (que envolvem os domínios hegemônico e interpessoal) presentes nas letras, na música e nos arranjos das loas do maracatu serão tratadas nos itens a seguir.

### **Empoderando quem? – as batuqueiras e suas agências em Lisboa**

Empregando procedimentos etnográficos de observação participante em ensaios e apresentações do Baque Mulher Lisboa, no período entre novembro de 2019 e outubro de 2020, em associação com entrevistas abertas e aplicação de questionários estruturados, foram coletadas informações para traçar um perfil do grupo de Portugal. Por sugestão das batuqueiras, passei a tocar alfaia em ensaios e apresentações e a participar das demais ações, decisões e redes de comunicação do Baque Mulher como integrante do grupo. Ingressar no maracatu é uma opção metodológica que se contrapõe à ideia colonial de



distanciamento científico como condição para legitimar o saber. Conforme Vívian Matias dos Santos (2018, p.5), “a colonialidade do saber tem como base a noção de que [a] dicotomia Sujeito x Objeto estabelece como Sujeito (Humano) do conhecimento a Europa e, como Objeto (Não humano), os povos colonizados e suas expressões de existência, capturadas como ‘exóticas’, bestiais”. Não separar os papéis de pesquisadora e batuqueira é uma decisão em sintonia com a “luta por justiça epistêmica, isto é, uma justiça que reivindica a igualdade entre os saberes e contesta a ordem do saber imposto pelo ocidente” (VERGÈS, 2020, p.39). A decolonização da produção de conhecimento requer atenção para as oportunidades de insurgência

às múltiplas relações desiguais e discriminatórias derivadas da dicotomia central do paradigma moderno europeu – humano x não humano: quem é o sujeito do conhecimento x quem é dele objeto; quem merece ser escutado x quem deve ser silenciado; quem merece viver x corpos, vidas que não importam (SANTOS, 2018, p.7).

Integrar o baque contribuiu significativamente para a compreensão dos aspectos estéticos e das técnicas de execução dos instrumentos, dos desdobramentos políticos e das conexões religiosas do maracatu com o candomblé. Os dados serão apresentados de maneira analítica, em aproximações com a discussão teórica do item anterior, e cruzam a imersão no grupo com metodologias da ciência colonial, ao modo do que Luiz Rufino (2019) chama de “ebó epistemológico”.

O *ebó epistemológico*, como saber praticado, opera no alargamento da noção de conhecimento; para isso, os seus efeitos reivindicam uma transformação radical no que tange às relações de saber/poder. Ainda, confronta a noção desencantada do paradigma científico moderno ocidental, buscando transformá-lo a partir de *cruzos* com outras esferas do saber (RUFINO, 2019, p.88, grifos do autor).

O núcleo português do Baque Mulher foi criado em abril de 2019, após a ida da batuqueira pernambucana Tenily Guian à cidade do Porto para ministrar oficinas e se apresentar no festival “Pé na terra”, conforme apuramos em entrevista inicial com quatro integrantes da coordenação de Lisboa, em 13/01/2020. Durante o mês de março de 2020, aplicamos um questionário semiestruturado, com perguntas de múltipla escolha e questões abertas, a um grupo de 13 batuqueiras. Tendo em vista que cada encontro semanal reunia, na época, de 10 a 15 participantes, a amostra pode ser considerada representativa. Entre as respondentes, dez são brasileiras e três são espanholas. Das 13 entrevistadas, cinco ingressaram entre janeiro e março de

2020. Oito das entrevistadas entraram no grupo em 2019, sendo três fundadoras. Metade das veteranas não tocava antes de ingressar no baque mulher e três das cinco novatas também não tinham experiência musical anterior.

Entre as veteranas entrevistadas, duas têm entre 21 e 30 anos e seis estão na faixa dos 31 a 40 anos. Com as novatas, a proporção é inversa: são quatro na faixa até 30 anos e apenas uma com mais de 30. Trata-se de um grupo de mulheres adultas, cuja principal atividade em Lisboa é a formação, o aperfeiçoamento ou o exercício profissional. Nove das entrevistadas têm como principal atividade em Lisboa o trabalho, havia também três estudantes de pós-graduação – uma fazia doutorado em design, uma fazia pós-doutorado em engenharia e tecnologia naval e oceânica, uma fazia especialização médica em geriatria. Uma entrevistada não respondeu à questão. Entre as áreas/ocupações citadas pelas batuqueiras estão despachante aduaneira, designer gráfica, designer de serviços e tecnologias, trabalhos manuais (artesanato), marketing, tradução, produção multimídia, atuação como atriz, funcionária de cervejaria/bar, além do que muitas ainda complementavam a renda com atividades eventuais (bicos) variadas.

Quanto às perguntas, vale salientar que uma delas (“Que conexões o Baque Mulher Lisboa traz para sua vida?”) suscitou respostas que apontam para a ideia de empoderamento “interpessoal” (COLLINS, 2019, p.451), ao sinalizarem o estabelecimento de uma rede de apoio e de afetos dentro do grupo. De caráter semiaberto, a questão indicava, como “temas possíveis: integração e contato com outras mulheres, religiosidade, conexão com a música, ação social e/ou feminismo”. Enquanto a música é uma das motivações apontadas por 6 integrantes, 10 batuqueiras mencionaram o feminismo e 8 das 13 entrevistadas citaram também contato com outras mulheres. Uma das batuqueiras deu a seguinte resposta:

o Baque Mulher Lisboa me ensina sobre a importância e o valor de ter uma rede de mulheres por perto, me ensina sobre empoderamento feminino e me conecta com a cultura e a história do maracatu no Brasil, especialmente com o papel das mulheres dentro desta tradição e cultura de resistência e ancestralidade.

O depoimento acima é de uma das fundadoras do Baque Mulher Lisboa, que migrou da Espanha e trabalha como tradutora. Para as estrangeiras, além da música e do feminismo, o convívio com outras mulheres é uma importante motivação para estar no grupo. Expressões como “sororidade”, “integração de

imigrantes” e “empoderamento artístico, social e humanos” foram usadas pelas respondentes da questão.

Elas descrevem a atuação no maracatu Baque Mulher como uma alternativa à restrição da rotina em torno do trabalho, como relatou outra veterana, que atua na área de design: “Tenho uma rotina de trabalho muito fechada e individual, poder fazer parte de um grupo que me inspira, e que me tira do ambiente de trabalho, ajudando também a lidar com a minha ansiedade, deu mais sentido à minha vida”.

Temas do domínio disciplinar do poder (COLLINS, 2019, p.443), como ações políticas envolvendo a organização do Carnaval e a redação e assinatura de manifestos e cartas, mobilizaram também Baque Mulher no período observado. O grupo teve papel de protagonismo na criação da Agremiação de Carnaval de Lisboa para tratar dos locais e taxas cobradas para os desfiles junto à Câmara Municipal. Integrantes do baque também participaram da elaboração e divulgação de uma carta coletiva que cobrou apuração da agressão da Polícia a duas brasileiras (que não integravam o grupo) na região da Rua Rosa, onde funcionam bares, restaurantes e outras casas noturnas. As participações em reuniões e atos políticos, nas manifestações do Oito de Março e na Marcha pelo fim da violência contra mulheres (anual, em 25 de novembro), são também temas de mensagens e pautas dos encontros relacionados ao domínio disciplinar do poder. Como observa Judith Butler (2018, p.60), “trata-se de atores subjugados e empoderados que buscam tirar a legitimidade de um aparato estatal existente que depende da regulação do espaço público de aparecimento para sua autoconstituição teatral”.

No grupo de Whats-App “Baque Mulher Lisboa”, que é utilizado para marcar ensaios, encontros e organizar apresentações e outras atividades, algumas das integrantes deixam avisos sobre vagas para serviços temporários de promotoras de produtos em supermercados e lojas, assim como demandas por substituição ou reforço ocasional em bares e outros locais. Informações sobre vagas em quartos e para divisão de moradias, ou ainda sobre medidas governamentais relacionadas à documentação das estrangeiras para ingresso nos sistemas bancário e de saúde também circulam no grupo. Inferimos que são mensagens visando ao acesso aos “domínios estruturais do poder” (COLLINS, 2019, p.438).

Nos encontros semanais, houve depoimentos das batuqueiras dando conta de que aprender a tocar em um grupo misto é difícil porque os instrutores homens ora subestimam a capacidade das mulheres, ora são mais exigentes

com os erros delas. “Aqui nós não temos medo de errar”, comentou uma das coordenadoras do grupo. Percebemos que se expressar através da música, esse campo da arte historicamente dominado por homens no ocidente, em um ambiente de “acolhimento”, como descreveram as batuqueiras, é uma forma de fortalecer a autoestima das mulheres, de lhes dar acesso a elementos expressivos e a oportunidades de trabalho como instrumentistas. O domínio da técnica de um instrumento foi um empoderamento interpessoal para mais da metade das entrevistadas, que não tocavam anteriormente. Nas reuniões semanais, as mulheres encontram o que Collins (2019) denomina espaço seguro para as mulheres negras, termo aqui estendido às mulheres do baque.

Embora a dominação seja inevitável como fato social, é improvável que seja hegemônica como uma ideologia dentro dos espaços sociais nos quais as mulheres negras falam livremente. Essa esfera de discurso relativamente seguro, embora restrita, é uma condição necessária para a resistência das mulheres negras. As famílias extensas, as igrejas e as organizações comunitárias afro-americanas são locais importantes nos quais há possibilidades de expressar um discurso seguro. (COLLINS, 2019, p.185).

Aprender a tocar abre a possibilidade de apresentações remuneradas, com outros grupos e bandas, gerando impactos relacionados também ao domínio estrutural do poder. Nas apresentações do Baque Mulher Lisboa em ruas e praças, arrecada-se uma livre contribuição do público, passando um chapéu. Há também shows remunerados em festivais e palcos privados. Os recursos obtidos vão para um fundo do grupo. A esse “caixa” soma-se uma contribuição mensal das batuqueiras, no valor de 10 euros, que não é obrigatória e só deve ser paga pelas integrantes que estejam em condições financeiras para isso. Os recursos são gastos mediante decisões coletivas.

Na reunião de 03/02/2020, por exemplo, foi aprovado o uso de parte da reserva do caixa para pagar o domínio anual do site oficial do Baque Mulher, já que a matriz de Recife não tinha recursos para bancar esse custo. Os demais empregos da verba tratados nos encontros posteriormente foram: apoio para ações sociais na comunidade do Bode; aquisição e manutenção de instrumentos; remuneração de oficinas, principalmente no período de *lockdown* consequente à pandemia do Sars-Cov-2, quando houve oficinas online; e empréstimos de quantias a integrantes do grupo de Lisboa que passavam por dificuldade financeira, em dois casos pontuais.

## Loas das “feministas de baque virado”

O Baque Mulher Lisboa abriu seu desfile no Carnaval de 2020 com a loa de autoria da Mestreira Joana, intitulada *Sou mulher negra empoderada*. A canção contempla boa parte das temáticas presentes no repertório do grupo e funciona, de fato, como uma apresentação. A levada de andamento acelerado reitera os sentidos da letra, cujo primeiro verso – homônimo ao título – explicita quem é o sujeito no discurso. Trata-se de uma identidade duplamente minoritária, mulher negra, mas que está em um contexto de força, configurado pelo uso do adjetivo “empoderada”. A letra ressalta valores contra-hegemônicos ao afirmar uma nação do candomblé: “Trago o axé da nação nagô”. Explicita o posicionamento político do grupo, em versos como “Feministas do baque virado / Mulheres guerreiras tocando tambor”. O sentido de poder está ainda na disposição para a luta (“guerreiras”) e no domínio interpessoal do fazer musical. Tocar o tambor funciona como metáfora para guerrear contra a opressão do patriarcado: “não há violência / ou machismo qualquer / que cale meu tambor / eu sou baque mulher”. Entretanto uma consequência dessas guerras e lutas não é abordada nas loas do repertório estudado: a sobrecarga da mulher nas sociedades patriarcais. No universo de 25 loas analisadas, do qual recortamos as quatro loas comentadas neste texto, ocorreram variadas exaltações à disposição para a luta contra o machismo e o racismo, mas não encontramos menção direta a cessar um dia esse “esforço de guerra” das mulheres.

No universo cancional dos maracatus, a citação de orixás e das narrativas sagradas do candomblé são pilares para uma autodefinição contra-hegemônica e para a difusão da religião. No Baque Mulher, a exaltação das divindades mulheres e de suas qualidades ocorre com frequência, como na loa *Poder feminino*. Ao executá-la, a orquestra percussiva dialoga com o ijexá – ritmo musical presente nas celebrações religiosas dos terreiros – enquanto a letra fala da deusa Oxum. A ala de agbês da orquestra realiza uma coreografia que reproduz movimentos da dança que a Orixá executa ao incorporar os religiosos nos terreiros.



Figura 2: Ala de agbês do Baque Mulher Lisboa. Foto nossa.

Composta pela batuqueira Helen Abramo, a loa *É por esse baque* parece ecoar o lema “erguer-nos enquanto subimos” (DAVIS, 2017, p.17). A letra começa exaltando o estar juntas, a sororidade: “É por esse baque que eu ergo a voz / Eu não ando sozinha / eu venho por mim / Venho por todas nós”. À medida que a loa se desenvolve, a expressão “eu não ando sozinha” ganha novos sentidos. Na segunda parte da letra, orixás femininas (Yemanjá, Oxum e Iansã, também chamada de Oyá), seus elementos (ondas, maré) e suas qualidades (brilho, coragem) aparecem em uma construção que associa a união entre mulheres à conjunção com o sagrado. As divindades são mencionadas no canto de resposta aos versos que afirmam: “E se mexer com ela com ela / eu não vou deixar”. A primeira resposta é: “Esse baque é maré / vem das ondas mulher / filhas de Yemanjá”. A segunda resposta aciona atributos das orixás: “Mulher guerreira / com brilho de Oxum / e a coragem de Oyá”.

A maioria das canções dos maracatus – e todas as loas do Baque Mulher a que tivemos acesso – podem ser associadas ao tipo cancional que Luiz Tatit chama de temático. Na tematização, são comuns as melodias que operam pela “contração, seja pelo andamento acelerado, seja pelas frequentes reiterações” (TATIT, 2004, p.76), de forma a favorecer a definição das células rítmicas e seu agrupamento. Uma das exceções à tematização no repertório do Baque Mulher é a loa *Maria da Penha é forte*. A lei brasileira que dá um tratamento especial à violência contra a mulher é abordada na letra, o que inclui no repertório do grupo questões do domínio disciplinar do poder. A composição tem características de uma tipologia cancional que Luiz Tatit (2004, p.77)

chama de entoativa ou figurativa, na qual os versos são cantados de maneira às vezes mais acelerada e às vezes de modo mais lento no mesmo trecho melódico, porque o que importa é o que está sendo dito. Além de exaltar a mulher que “com sua força e coragem / fez a lei acontecer”, a loa busca dar informações úteis: chega a citar o número e o ano da lei, nos versos em que fica cabal o caráter entoativo da canção, porque os vocais aceleram para dizer o número 11.340 e desaceleram para datar “do ano 2006”.

A negritude, a religiosidade afro e o combate às opressões de gênero, raça, classe entre outras são temáticas recorrentes nas composições executadas pelo Baque Mulher – para além do recorte aqui adotado. Há uma convergência temática no discurso poético-musical em que as mulheres são sujeitas, enquanto batuqueiras e cantoras, e personagens do discurso nas composições e performances.

### **Empodera como? – conclusões**

Discutir os sentidos do “empoderar” demonstrou que um emprego produtivo do conceito é aquele que leva em conta as interseccionalidades, bem como as agências, disputas e avanços em direção à emancipação social, política e econômica das minorias. Pensar o empoderamento a partir das teorias do feminismo é entender que as conquistas individuais empoderam *se* e *quando* seus efeitos se desdobram em alguma dimensão pública, seja de âmbito comunitário ou da macropolítica.

As mulheres que integram as várias filiais do Baque Mulher têm em comum o combate à opressão patriarcal e agregam pautas interseccionais relacionadas aos movimentos negro, LGBTQIAPN+, das imigrantes, das trabalhadoras, dentre outros. O aprendizado artístico em um ambiente considerado “acolhedor” pelas percussionistas fomenta a organização política com impactos na esfera de poder interpessoal, disciplinar e também estrutural, com a capacitação laboral para atuar na música. A excelência na execução das músicas e das danças são valores que dão motivação para as integrantes de Lisboa e conferem respaldo ao movimento junto ao público.

É inegável a contribuição dos versos das loas na difusão de discursos de emancipação, de sororidade, de união, de autoestima, de afirmação de tradições religiosas e culturais afro-brasileiras, empoderando tanto as batuqueiras e dançarinas quanto parte do público das apresentações, nos âmbitos contra-hegemônico e interpessoal. Do ponto de vista do discurso

poético, a garra e a disposição para o combate ao machismo, ao racismo e a outras formas de opressão abordadas nas letras convergem em autorreferências às batuqueiras como “guerreiras” e “lutadoras”, em que pese a reivindicação dos discursos do pensamento feminista contrários à romantização da sobrecarga cotidiana. As loas denunciam violências e desigualdades; tratam as demandas de luta como provas de força da mulher; exaltam as deusas mulheres do candomblé e difundem a religião que dá origem e filiação ao maracatu.

Somando-se à circulação de mensagens através da dança, da música e do discurso das loas, o fato de fomentar o diálogo entre mulheres para a partilha de experiências e conhecimentos de várias ordens; para a articulação de atos públicos e de ações político-sociais de combate à opressão das minorias; para a obtenção de trabalho e de locais para morar; enfim: a formação, as informações e as ações visando os domínios estrutural e disciplinar do poder, fazem do Baque Mulher um espaço seguro de partilha. “Ao promover o empoderamento das mulheres negras por meio da autodefinição, esses espaços seguros ajudam a resistir à ideologia dominante” (COLLINS, 2019, p.185). A pesquisa levou, portanto, à conclusão de que no *slogan* “Movimento de empoderamento feminino” ecoado pelo Baque Mulher em Lisboa ressoam os sentidos que a palavra “empoderamento” ganha nas reflexões do feminismo negro consultadas.

## Referências

BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e política das ruas**: notas para uma teoria alternativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAVALCANTI, Joana D’Arc da Silva. Primeira mulher a assumir a regência no maracatu nação, Joana conta sua história. Reportagem em vídeo do **Coletivo Maruim**. 2016. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/i2vd5TSzaJA>. Acesso em 18/07/2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. Trad. Jamilyne Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CUNHA, Maximiliano Wanderley Carneiro da. **O som dos tambores silenciosos**: performance e diáspora africana nos maracatus nação de Pernambuco. 2009. Tese (Doutorado, Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1092>. Acesso em 24/03/2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DE LARA, Bruna; RANGEL, Bruna; MOURA, Gabriela; BARIONI, Paola; MALAQUIAS, Thaysa. **#Não me Khalo**: feminismo além das redes. Santiago de Compostela: Através Editora, 2019.

MESTRA JOANA. **Portfólio**. Disponível em: <http://nacaoencantodopina.maracatu.org.br/release-de-mestra-joana>. Acesso em 27/03/2020.



REGIMENTO INTERNO DO BAQUE MULHER. Recife: mimeo, 2016.

RIBEIRO, Djamilia. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Vívian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade** [online]. Recife-PE, n.30. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/FZ3rGJJ7FX6mVyMHkD3PsnK/?lang=pt>. ISSN: 1807-0310. Acesso em 1º mai. 2022.

TATIT, Luiz. **O Século da Canção.** Cotia, Ateliê Editorial, 2004. 251 p.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** Trad. Jamiel Pinheiro Dias; Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Recebido em: 02-09-2022

Aprovado em: 07-11-2022